Processo nº 3/2008

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os restantes sinais dos autos e ora a cumprir pena no Estabelecimento Prisional de Coloane (E.P.C.), não se conformando com a decisão judicial que lhe negou a concessão de liberdade condicional, da mesma veio recorrer para esta Instância, motivando para, a final, concluir imputando à decisão recorrida a violação do disposto no artº 56º do C.P.M., e pugnando, assim, pela sua revogação; (cfr. 223 a 232 que como as que adiante se vieram a referir, dão-se como reproduzidas para todos

os legais efeitos).

*

Respondeu o Digno Magistrado do Ministério Público, pronunciando-se no sentido de se dever confirmar a decisão recorrida; (cfr. 234 a 235).

*

Nesta instância, e em douto Parecer, considera também o Exm^o Procurdor-Adjunto que se deve julgar improcedente o recurso; (cfr. fls. 243 a 246).

*

Corridos os vistos legais dos Mm^{os} Juízes-Adjuntos, vieram os autos à conferência.

*

Passa-se a decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Flui dos autos a factualidade seguinte (com relevo para a decisão a proferir):

- em 14.04.2005, deu o ora recorrente entrada no E.P.M., iniciando o cumprimento de uma pena única de 3 anos e 9 anos de prisão pela prática dos crimes de “comércio de cópias ilícitas” p. e p. pelo art. 212º do D.L. nº 43/99/M, “furto”, p. e p. pelo art. 197º do C.P.M., e “roubo”, p. e p. pelo artº 204º do mesmo código;
- em 06.10.2007, cumpriu dois terços da dita pena, vindo a expiar totalmente a mesma pena em 06.01.2009;

- durante a sua reclusão não desenvolveu actividades laborais ou escolares por estar afecto ao programa de recuperação de toxicodependentes;
- em caso de vir a ser libertado irá viver com os seus pais em Macau, tendo o apoio do “Centro de Recuperação de Toxicodependentes **B**”.

Do direito

3. Insurge-se o ora recorrente contra a decisão que lhe negou a concessão de liberdade condicional, afirmando, em síntese, que se devia considerar que reunidos estão todos os pressupostos do artº 56º do C.P.M. para que tal libertação antecipada lhe fosse concedida.

Vejamos se o recurso merece provimento.

Preceitua o citado artº 56º do C.P.M. (que regula os “Pressupostos e duração” da liberdade condicional) que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

- a) For fundamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e
- b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado”; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objectivos” ou “formais”, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. nº 1).

“In casu”, atenta a pena de 3 anos e 9 meses de prisão em que foi condenado, e visto que se encontra ininterruptamente preso desde 14.04.2005, “expiada” está já dois terços de tal pena, pelo que preenchidos estão os ditos pressupostos formais.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º.

Na verdade, e na esteira do decidido por esta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir obviamente matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”; (cfr., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002, de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002, e, mais recentemente, os de

25.01.2007, Proc. nº 11/2007, de 08.02.2007, Proc. nº 17/2007, e o de 15.02.2007, Proc. nº 10/2007).

Assim, detenhamo-nos na apreciação se verificados estão tais pressupostos de natureza material.

Pois bem, reflectindo sobre tal aspecto, cremos que, por ora, inviável é a pretendida liberdade condicional,

De facto, e ainda que possível fosse um juízo de prognose favorável ao recorrente, (o que não se mostra fácil, dado que o ora recorrente já beneficiou de uma liberdade condicional no ano de 2000), afigura-se nos que é a dita libertação antecipada incompatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social, não sendo de se considerar verificado o pressuposto da alínea b) do art. 56º atrás transcrito.

Como bem se observa no douto Parecer do Ilustre Procurador-Adjunto, há que ter em conta a repercussão dos crimes praticados na sociedade, em especial, o de “roubo”, o que vale por dizer, igualmente, que não podem ser postergadas as exigências de tutela do

ordenamento jurídico (cfr., F. Dias, in “Direito Penal Português – As consequências jurídicas do crime”, pág. 538 e segs.).

Por sua vez, e em termos de prevenção positiva, há também que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade das normas violadas, através do “restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada...”; (cfr. mesmo Autor, temas Básicos da Doutrina Penal, pág. 106).

Assim, e não sendo (por ora) de considerar verificado o aludido pressuposto legal, outra solução não resta que não seja a improcedência do recurso.

— Quanto ao “pedido de apoio judiciário na modalidade de dispensa total do pagamento de custas”.

Nos termos do n° 1 do art. 4° do D.L. n° 41/94/M :

“Têm direito ao apoio judiciário todos aqueles que residam no território de Macau, ainda que temporariamente, e que demonstrem não dispor de meios económicos bastantes para custear, no todo ou em parte, os encargos normais de uma causa judicial.”

Preenchendo o recorrente ambos os requisitos supra enunciados, vai concedido o pretendido apoio judiciário.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam negar provimento ao presente recurso, concedendo-se o petitionado apoio judiciário.

Custas pelo recorrente, com taxa de justiça que se fixa em 4 UCs, (não tendo de as suportar enquanto beneficiar do apoio judiciário concedido).

Ao Ilustre Defensor Oficioso, fixa-se, a título de honorários, o montante de MOP\$1.600.00.

Macau, aos 24 de Janeiro de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong